

O LARGO DE SÃO PEDRO GONÇALVES EM JOÃO PESSOA- PB: POR UMA APROPRIAÇÃO ESPACIAL PARA ALÉM DAS REDES SOCIAIS

SÃO PEDRO GONÇALVES SQUARE IN JOÃO PESSOA - PB:

FOR A SPATIAL APPROPRIATION BEYOND SOCIAL NETWORKS

LA PLAZA DE SÃO PEDRO GONÇALVES EN JOÃO PESSOA - PB:

POR UNA APROPIACIÓN ESPACIAL MÁS ALLÁ DE LAS REDES SOCIALES

**Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira¹, Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato²,
Alexandra Carneiro Mattos³**

RESUMO

Atualmente, os centros consolidados das cidades latino-americanas, vêm apresentando continuamente um deslocamento de suas atividades cotidianas enquanto espaço urbano coeso, tornando-se mercadoria de consumo para a apropriação “midiática” causada pela liquefação das relações sociais, reflexo do liberalismo econômico existente nos países periféricos sob contexto globalizado. O avanço tecnológico da informática e a velocidade na propagação de dados, sendo os aplicativos de mídias sociais os principais meios de divulgação de informações, vídeos e imagens, transformaram as relações interpessoais, transferindo para o ciberespaço o que anteriormente acontecia no ambiente real/físico. Neste cenário, informação e propaganda se confundem, não havendo limites para uma apropriação consciente de determinado assunto e nem tempo para reflexão, dificultando a distinção do que é verdadeiro ou “fake”.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Memória; Ciência da Informação; Arquitetura e urbanismo.

¹ Doutora em Letras e Mestrado em Ciências da Informação (ambas pela UFPB), Professora (dedicação exclusiva) do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil, bernardinafreire@gmail.com

² Doutor em Habitat pela FAUUSP, Professor (dedicação exclusiva) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, Paraíba, Brasil, pier.pizzolato@ufpe.br.

³ Mestra em Ciências da Informação pelo PPGCI da Universidade Federal da Paraíba, Arquiteta e urbanista, João Pessoa, Paraíba, Brasil, alexandra.mattos@terra.com.br.

SUBMETIDO EM: 20/03/2025

ACEITO EM: 22/09/2025

Como citar: DE OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; PIZZOLATO, Pier Paolo; MATTOS, Alexandra Carneiro. O Largo de São Pedro Gonçalves em João Pessoa - PB: por uma apropriação espacial para além das redes sociais. Revista Arquitetura e Lugar, Campina Grande, v.3, n.11, 2025.

ABSTRACT

The consolidated centers of Latin American cities are currently facing a continuous displacement of their everyday activities as a cohesive urban space. They have become commodities for "mediatic" appropriation due to the liquefaction of social relations, reflecting economic liberalism in peripheral countries within a globalized context. Technological advancements and the rapid spread of data, with social media applications as the primary means of sharing information, videos, and images, have transformed interpersonal relationships by transferring previous real-world interactions to cyberspace. In this scenario, information and propaganda blur together, without limits on conscious appropriation of specific topics and no time for reflection, making it challenging to distinguish between truth and falsehood.

Keywords: *Cultural Heritage; Memory; Information Science; Architecture and Urbanism.*

RESUMEN

En la actualidad, los centros urbanos consolidados de las ciudades latinoamericanas experimentan un desplazamiento constante de sus actividades diarias, convirtiéndose en una mercancía para su apropiación "mediática" debido a la disolución de las relaciones sociales, reflejando el liberalismo económico en los países periféricos en un contexto globalizado. El avance tecnológico y la rápida propagación de datos, con las redes sociales, videos e imágenes, han transformado las relaciones interpersonales al transferir lo que antes ocurría en el entorno físico al ciberespacio. En este escenario, la información y la propaganda se confunden, sin límites para una apropiación consciente de un tema específico y sin tiempo para la reflexión, dificultando la distinción entre lo verdadero y lo "falso".

PALABRAS CLAVE: *Patrimonio Cultural; Memoria; Ciencia de la Información; Arquitectura y Urbanismo.*



INTRODUÇÃO

As relações espaciais das cidades pós-modernas tornaram-se mais complexas, ultrapassando o conceito difundido até meados do século XX, de que o espaço urbano é simplesmente o oposto do campo, uma vez que seu território deixou de acomodar ações coletivas para se tornar lugar do indivíduo e de suas particularidades, formando sobre ele uma realidade abstrata – uma imagem mais etérea do que real de seus habitantes – onde cada cidadão pode apontar seu celular e registrar fragmentos únicos do coletivo para chamá-los de “seu”.

Este artigo analisa as transformações urbanas no Largo de São Pedro Gonçalves na cidade de João Pessoa – Capital da Paraíba, a partir da concepção teórica de memória e identidade de Candau (2012; 2013), considerando uma possível correlação entre o espaço tradicional e o locus afetado pela indústria do turismo apontada pela literatura especializada. Utilizaremos como objeto de estudo a área compreendida pelas edificações envoltórias do Largo, considerando-o a partir da premissa de ser um dos locais mais visitados por turistas no centro histórico da cidade e tem como objetivo apontar as transformações físicas perpetradas pela percepção comercial do turismo.

A partir dessa problematização, o presente artigo tem como objetivo promover uma reflexão teórica e crítica sobre a deterioração do espaço urbano enquanto catalisador das interações humanas – espaço de trocas afetivas e econômicas. O estudo prioriza a análise da monumentalização do centro histórico e seus impactos na comunidade local, abordando também o processo de expulsão das camadas menos privilegiadas em função de novos projetos contemporâneos (Scocuglia, 2004).

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, principalmente utilizando autores que traçaram paralelos e conexões entre a memória compartilhada em nossa contemporaneidade e os elementos de transmissão no mundo complexo digital.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender melhor este processo em curso da “instagramabilização” do espaço urbano, é necessário retornar para uma interação espacial que se coaduna com a precificação liberal das relações urbanas, sendo seu início o período compreendido em meados do século XVIII, quando ocorreu intensas transformações urbanas nas cidades europeias advindas da revolução industrial, ascensão da burguesia e o maior controle e privatização do campo (leis de cercamento aplicadas nos bosques públicos a partir do século XVII), estimulando novas posturas sobre a preservação e salvaguarda do tecido urbano existente. Essas transformações seguiram *pari passu* a escalada do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX, culminando, no último quartel do século passado, com o alargamento da extensão urbana por meio da suburbanização das cidades promovida principalmente pelos preceitos urbanísticos do movimento moderno, entre eles, o aumento do uso de automóveis.

Com a redução de políticas públicas e o redirecionamento para o capital privado do investimento de grandes obras de requalificação urbana, as cidades globalizadas encontraram suas identidades em imagens mais midiáticas, buscando arquiteturas “inéditas”, ao gosto dos novos investidores. Harvey (1992, p. 70) aponta que as cidades pós-crise capitalistas das décadas de 1970 e 1980, e a ascensão do neoliberalismo, viram-se obrigadas a reavaliar as transformações do espaço urbano por meio da requalificação de trechos das cidades, tornando-os mais “vendáveis” à sociedade de consumo, associando-os às marcas e investidores particulares na tentativa de desenvolver “uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos” (Harvey, 1992, p. 91).



Tal processo atingiu com vigor os projetos de intervenções em sítios urbanos consolidados, sendo os casos mais emblemáticos a revitalização de Baltimore nos Estados Unidos da América e das Docklands em Londres (décadas de 1970 e 1980), a recuperação da praça Potsdamer Platz em Berlim (década de 1990) e as obras de requalificação de parte da cidade de Barcelona para as Olimpíadas de 1992. O que houve de comum em cada um desses casos foi a redução drástica da participação estatal em relação ao desenvolvimento do projeto e investimentos financeiros, permitindo tanto a implantação de uma proposta “flexível”, quanto amplo espaço de ação para empreendedores privados, o que acabou por gerar modelos mais rentáveis atrelados à centros financeiros, de consumo e de entretenimento. Dar determinada imagem à cidade por meio da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou uma forma de atrair capital e pessoas em um certo período de competição interurbana e de “empreendimentismo” urbano intensificado (Harvey, 1992, p. 91).

O sistema econômico resultante das transformações perpetradas pela terceira revolução industrial é caracterizada por um capitalismo fluido que desemboca em uma sociedade estimulada pelo consumo e altamente informatizada - e que, portanto, valoriza a quantidade e a rapidez da informação, por relações de produção e de socialização mais flexíveis, em que o sentido de “tempo e espaço” se modifica, impulsionado na descrença num futuro “melhor” e pela necessidade da satisfação de desejos efêmeros, sendo mais hedonista em relação aos seus princípios. Para ela, todas as ações cotidianas estão revestidas por símbolos de propaganda e marcas empresariais, identificando os espaços urbanos considerados marcos espaciais através da implantação de empresas com grande alcance de consumidores (muitas vezes multinacionais nos países periféricos), alterando a relação dos indivíduos com certos edifícios e territórios.

Podemos citar como exemplo a Times Square de Nova Iorque ou a Potsdamer Platz de Berlim, pois vinculam suas imagens às marcas de grandes conglomerados de mídia e de serviços, tendo a confiança da sociedade de consumo que vê nestes locais pontos contemporâneos de encontro, turismo e lazer. Não que antes não houvesse este tipo de relação “atividade versus espaço urbano” entre a cidade e seus mercados: de imediato podemos citar locais que ganharam notoriedade e valor histórico por meio das atividades mercantis ali estabelecidas, como a Ponte Vecchio de Florença (século XVI) e a Galleria Vittorio Emanuele, em 1877. Porém, atualmente, as relações são mais “etéreas” e subliminares, como grandes “billboards” midiáticos, que não interagem fisicamente com o público, mas o fazem via interface visual e/ou digital.

Outro fator que contribuiu para o estremecimento da realidade foi o surgimento e adoção da Arquitetura Moderna de vertente “internacional”² como ideário urbanístico que preponderou durante a primeira metade do século XX. Esta arquitetura fez a cidade vernacular, já prejudicada pelo cenário herdado da Revolução Industrial (péssimas condições de vida urbana e moradia), perder exponencialmente suas características após a consolidação da nova realidade de trabalho e do ethos das relações comerciais, culturais e políticas. Sob a ótica modernista, a cidade existente deveria ser colocada abaixo e a partir da “terra arrasada” surgiria uma nova urbe setorizada em atividades humanas como habitação, trabalho, lazer e circulação, contando com grandes áreas verdes conjugadas, além do sistema viário robusto, interligando-as em “infinita” expansão.

Blake (1974) aponta, por meio de uma imagem bem adequada, o espraiamento espacial da cidade moderna: “essa noção tola que transformou tantas cidades em “bolos de passas tortos”, [...] com as passas em um prato e o bolo em outro” (Blake, 1974, p. 157). Além disso, é perceptível outro ponto de conexão ao tema: a desassociação espacial do centro histórico e bairros originários (as tais “passas”) das novas ocupações, localizadas na periferia, muitas vezes independentes e desconexas do todo.

Ainda segundo o autor, o modernismo ao longo dos anos caiu na armadilha de se fiar apenas no positivismo tecnológico e no desenvolvimento da indústria, viabilizando a maximização do capitalismo como forma de promover melhores condições da vida urbana. Foi um misto de socialismo estético/teórico em relação à crítica à propriedade privada (no rés do chão), porém com uma prática calcada na crença



da produção em massa industrial (base do capitalismo fordista), desenvolvendo uma solução anacrônica em termos sociais – uma visão de futuro ingênua e otimista – concentrando-se no tal “coletivismo democrático”, mas que na verdade resultaria em um desvirtuamento do conceito da “forma seguindo a função” idealizado pelos teóricos do movimento.

Quando o Movimento Moderno veio à tona, professou, como vimos, certos ideais compartilhados: devoção a uma espécie de coletivismo democrático, industrialização e estética da máquina, devoção à cidade e devoção ao futuro. Foi uma boa tentativa e continuará a emocionar muitos de nós, mesmo que seja apenas pela nostalgia (Blake, 1974, p. 163).

Neste período, o patrimônio material foi tratado como algo a ser preservado pontualmente, deslocado do novo traçado, pois a preocupação em romper laços com a cidade anterior, identificada por estilos e tipologias arquitetônicas do passado, estava atrelado a uma vontade de ser vanguarda tanto na arte quanto na construção civil, deixando de lado a continuidade histórica. Este divórcio com o passado era amenizado somente na preservação de grandes obras de exceção, por causa de seu valor artístico e sua monumentalidade, como forma de elencar a produção arquitetônica numa linha cronológica feita por amostragem.

Apenas depois das transformações do pós-guerra, principalmente no que tange à restauração e, em muitos casos, à reconstrução de patrimônio arquitetônico do passado nos centros históricos europeus e a consequente redação da Carta de Patrimônio de Veneza em 1964, ocorre a amplitude da noção de valoração, preservando não só os monumentos, mas também o seu envoltório (patrimônio urbano) e arquiteturas vernaculares (tanto urbanas como rurais).

Para Meneses (2006, p. 36), atualmente o patrimônio arquitetônico deve ser considerado como um construto de elementos sociais multifacetados e imbricados entre si, tendo três principais eixos:

- O “do artefato” - sendo o espaço urbano como algo visível, palpável e que interage com seus habitantes;
- O conceito de “campo de forças” - o monumento ou conjunto a ser preservado desenvolve conexões e/ou conflitos, num jogo de atração e retração para com vários meios distintos, como na economia, política, vida social e processos culturais e, por último;
- O das “significações” - todos os elementos envolvidos e suas conexões constroem uma narrativa, tanto em sua aura histórica como nas construções que devem ser preservadas.

De acordo com Candau (2013), esse construto de componentes se integra em quadros sociais da memória, cuja multiplicidade converge para as unidades socio transmissoras que consistem em todos os elementos “[...] tangíveis e intangíveis que possibilitam estabelecer uma cadeia causal cognitiva” (Candau, 2013, p. 95).

Desta análise, devemos considerar que o espaço urbano, principalmente aquele dotado de valor histórico, se constitui através das práticas cotidianas e a partir delas gera a narrativa a ser preservada (construída pela sociedade preferencialmente). No entanto, o que vemos ao longo das últimas décadas é que o patrimônio histórico se tornou “imagem” – algo a ser experimentado enquanto inusitado, fora do contexto e de consumo rápido.

A imposição do consumo em várias frentes também atinge o olhar e a convivência de quem frequenta os centros históricos, sendo praticamente impossível desassociar as relações sociais convencionais e sua transformação em valor de troca, esvaziando as possibilidades de um uso mais racional do espaço público proveniente da sobreposição de camadas de versões de cidades, cada um reflexo físico das sociedades vigentes de outrora. Ora, o que vivenciamos é a obsolescência de um significado palpável de realidade e de trocas sociais no campo do patrimônio, devido à lógica capitalista de produção, em que o espaço urbano é tratado na proporção consumo e lucro e os interesses das classes dominantes determinam os padrões daquilo que está na moda, quem é o grupo consumidor e quem deve ser excluído.



Porém, mesmo com o adiantado desgaste da materialidade do monumento (ou conjunto arquitetônico) e sua transformação como imagem a ser consumida, existe o paradoxo de que sem as práticas sociais o significado da preservação se perde; se não há mais a justificativa de sua importância, as edificações são passíveis de abandono e ruína, retomando, portanto, a ideia de campo de força apontado por Meneses (2014). Sendo assim, apenas dentro deste campo e dos padrões estabelecidos por ele é que se pode manter e preservar o centro histórico.

Como este frágil equilíbrio do cotidiano versus imagem, é cada vez mais tênue e sintomático a proliferação de “patrimônios históricos” transformados em centros culturais e museus, principalmente por causa do consumo cultural proporcionado pela indústria do turismo, tornando o centro urbano um grande museu à céu aberto, esvaziando as atividades cotidianas do local. A lógica do capital pressupõe acima de tudo a operacionalização das atividades voltadas à obtenção de lucro. Portanto, a tentativa de racionalizar a cultura é um processo traumático já que sua natureza é outra, pois pressupõe consciência crítica, construção cotidiana de afeto, memória e identidade. A transformação do patrimônio em imagem é sempre incompleta por causa do antagonismo entre a aparência e a convivência.

É o triunfo da cultura do significado e a morte do social: uma configuração de pós-sociedade que escapa à classificação e explanação sociológica, um ciclo infundável de reduplicação e superprodução de signos, imagens e simulações, que leva a uma implosão do significado”.
(Featherstone, 1992, p. 270, *apud* Meneses, 2006, p. 38)

O CENTRO HISTÓRICO E AS INTERAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Como vimos, a cidade como artefato ou construto espacial carrega em si a valoração como bem cultural, pois se comporta como receptáculo de ações que só podem ocorrer em um contendor urbano. Sem tais práticas sociais, econômicas e identitárias (que compõem o espectro da cultura), não pode ocorrer a sedimentação de uma população, tornando a cidade incapaz de garantir as condições mínimas de habitabilidade. Uma cidade pode ter um ou vários centros urbanos, dependendo de seu tamanho e importância regional. Porém, seu centro histórico se relaciona diretamente com o núcleo urbano original ou outros territórios (no caso de metrópoles) que ainda preservam parte significativa da história, memória e identidade do local e das pessoas que lá habitam, sendo que sua simbologia deve ser legível e permitir ressignificação com o passar do tempo. Castells (1980, p. 263), aponta que a comunidade urbana estabelece interação entre o espaço e a sociedade, criando um sistema de comunicação comum baseado em informações espaciais, como se permitisse o mapeamento numa cartografia própria de significados e pontos de referência. Lynch, que também se utiliza desta ferramenta, escreve:

Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas de outras artes temporais como, por exemplo, a música. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as consequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e anuladas. Isto ocorre a todo passo (Lynch, 1980, p. 11).

Lynch (1980), aponta que a cidade não é um objeto fechado, resolvido, pronto para ser utilizado como mercadoria, mas é a somatória da percepção de seus habitantes em relação ao espaço urbano, sendo necessário para isso um período de tempo dilatado para que ela seja completamente apreendida e, além disso, mesmo havendo elementos característicos com maior confluência da sociedade, a experimentação de sua estrutura se dá por meio da interação com o entorno. Ainda segundo este raciocínio, a percepção de qualquer ambiente deve ser avaliada tendo em vista três componentes: estrutura (organização espacial),



identidade (particularidade que a difere) e significado (um sentido que é dado), sendo que para nosso texto eles terão grande importância para compreender a interação entre o visitante e o Largo de São Pedro Gonçalves em João Pessoa.

A organização espacial da cidade ou mesmo de um determinado trecho dela, determina o que foi convencionado como “estrutura” por Lynch. A descrição do perímetro do Largo, sua composição edilícia, sua implantação no contexto histórico, nos fornecerá os dados necessários para delimitar seu raio de ação como receptáculo de parte da história da cidade de João Pessoa, principalmente a relação da igreja Frei São Pedro Gonçalves com a população próxima e a dinâmica socioeconômica dos moradores do Porto do Capim (ocupação de população de baixa renda localizada às margens do local).

Como vimos, as cidades contemporâneas surgidas do pós-guerra sofreram a dispersão do tecido urbano, configurando paisagens desconexas e fragmentadas, dificultando a legibilidade das relações geográficas entre a população. O centro de João Pessoa é bastante peculiar neste sentido, pois se manteve com o perímetro original durante os séculos iniciais, desbravando um território maior após o século XVIII. Portanto, seus marcos geográficos ainda se encontram legíveis mesmo com as mudanças de uso e transitoriedade da população tradicional que se deslocou da beira do rio Sanhauá em direção às praias no extremo geográfico oposto.

A identidade do centro, principalmente no Largo, é perceptível tanto pela população da cidade como também pelos visitantes que buscam conhecer a história e passar pela experiência de percorrer as ruas centrais visitando as igrejas históricas, museus e praças, além de outros espaços que permitem a interação entre eles.

O LARGO DE SÃO PEDRO GONÇALVES

A cidade de João Pessoa, terceira capital mais antiga do Brasil, foi fundada em 1585 com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, no território compreendido entre o rio Sanhauá e o litoral. Ela apresenta um centro histórico único, pois contrariando a fundação de cidadelas e fortificações na orla marítima, se debruça generosamente em um promontório plano, e as terras lindeiras a este braço do rio Paraíba foram utilizadas como porto durante todo o período colonial e império (apenas no começo do século XX que o porto se transfere para Cabedelo, cidade fronteiriça com João Pessoa e mais próxima à foz do rio).

A dinâmica espacial escolhida repete a solução encontrada pelos portugueses na implantação dos assentamentos urbanos em território colonial, com seu porto “molhado” em terreno lindeiro ao rio, concentrando atividades marítimas e serviços de apoio, e na elevação geográfica sendo instaladas edificações religiosas e administrativas em ponto mais protegido, havendo entre eles um sistema viário que obedece um traçado definido pelos tratados renascentistas que a Coroa Portuguesa determinava para a fundação de cidades consideradas “cidades reais” (Teixeira; Valla, 1999, p. 218). Já Carvalho, Martins e Tinen (2005), apesar de corroborarem com a descrição da ocupação primordial da geografia da cidade, apontam que o porto e cercanias não se desenvolveram plenamente, pois a região não apresentava proeminência junto às capitânicas de Itamaracá e Pernambuco e a região continuou com uma população pequena, suficiente para a ocupação estratégica do território, já que haviam relatos de invasão por parte dos franceses para o controle do comércio de Pau-brasil e dominação dos indígenas.



O sítio de fundação da cidade foi um topo de colina, relativamente plano, nas proximidades do Rio Sanhauá, no ponto em que este formava um porto natural. A situação segue um padrão comum do urbanismo colonial português [...] e o espaço ocupado permaneceu neste topo de colina durante várias décadas, inclusive durante a ocupação holandesa, como demonstra a cartografia da época, já exaustivamente estudada [...]. Enquanto isso, a ocupação ribeirinha se restringia a dois ou três edifícios ligados ao porto e à defesa. É importante insistir neste ponto devido à constante repetição, nos meios de comunicação e mesmo por setores ligados à preservação do patrimônio, de frases como “a cidade nasceu às margens do rio” ou “Cidade Baixa, berço de João Pessoa” (Carvalho et al., 2005, p. 7).

Batista (2012, p. 35) relata que o povoado original foi preponderante para a ocupação do território setentrional das Capitânias do Norte, tornando-se marco de uma nova capitania, esta importante para um novo destacamento militar para o controle da foz do rio Paraíba, apaziguamento da população indígena e expulsão dos franceses deste trecho do litoral.

Isso fica evidente na literatura referente a este período, onde é possível aferir o alto custo de investimentos financeiro e militar, de se construir as fortificações e garantir a navegação fluvial para o escoamento do açúcar beneficiado nas redondezas. No começo do século XVII, ocorreu a invasão holandesa e as irmandades religiosas que aos poucos foram sendo constituídas na cidade alta sofreram vandalismo e foram abandonadas, como a capela de São Gonçalo, construídas pelos Jesuítas, e as igrejas edificadas pelos franciscanos, beneditinos e carmelitas, definidas pelas ruas do Varadouro, Nova, Direita, da Misericórdia e travessa do Carmo.

Essas edificações passaram a abrigar as atividades administrativas dos novos ocupantes, sendo que neste período, a cidade torna-se ponto de apoio para a ampliação de território holandês, dominando o território em direção ao Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão (Nova Holanda, 1630 – 1654).

Lançando uma visão mais detalhada sobre o desenho urbano apresentado, o mapa de Manoel Francisco Grangeiro, de 1692, é considerado um dos primeiros documentos que retratam, mesmo que de forma esquemática, a ocupação do Varadouro (nas margens direita do rio), onde é possível observar as edificações construídas ao longo de duas vias principais, além da capela de São Frei Pedro Gonçalves localizada no mesmo sítio que hoje se encontra a igreja atual.

Imagem 1 – mapa de Manoel Francisco Grangeiro, de 1692. Fonte: Rodriguez (1962)



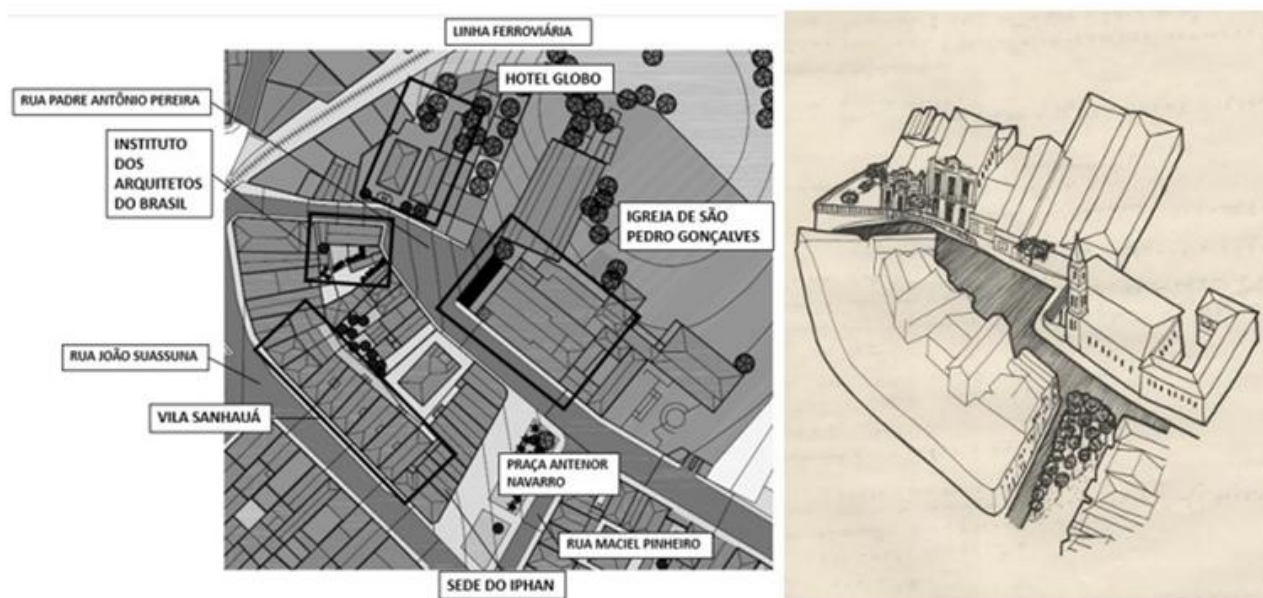
A partir da imagem, podemos verificar as seguintes edificações: 1 - Porto do Varadouro; 2 - Capela de S. Frei Pedro Gonçalves e Alto do Varadouro; 3 - Ladeira de São Francisco ou 'Rua do Varadouro para a cidade'; 4 - Porto do Varadouro, no Rio Sanhauá; 5 - Alfândega; 6 - Armazém ou Passo; 7 - Caminho do Carro para a Cidade; 8 - Igreja Matriz e 9 - Mosteiro de São Bento; 10 - Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos; 11 - Varadouro e caminho para as cacimbas e o portinho; 12 - Cerca ou muro do Convento de Santo Antônio.



Mesmo com a reconquista portuguesa em 1654, a cidade se manteve provinciana, sem um crescimento urbano considerável pela falta de investimentos da colônia, decorrente da decadência do comércio do açúcar brasileiro no exterior.

Para este texto, observaremos com mais cuidado o recorte urbano denominado como Largo São Pedro Gonçalves, formado a partir da rua Padre Antônio Pereira (trecho inicial da ladeira de São Francisco), que liga o Porto do Capim (primeiro porto da cidade), portanto a “cidade baixa”, até a Igreja de São Francisco/Convento de Santo Antônio no promontório principal do centro histórico da cidade. O largo em si se desenvolve a partir da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e o casario envoltório (atualmente representado por construções de fins do século XIX em estilo Art déco), destacando-se as duas edificações que compõem o Hotel Globo e a sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil da regional da Paraíba, mais conhecida como Casa do Arquiteto.

Figura 2 – Implantação do Largo da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves.



Fonte: Base digital do IPHAN (alterado pelos autores) e Chaves (2011).

A descrição do Largo deve se iniciar pelo conjunto do convento de São Frei Pedro Gonçalves³. No Nordeste foram erigidas três igrejas em devoção ao Frei – uma em Recife (já demolida), uma na capital Soteropolitana e a de João Pessoa, situada na colina próxima ao Porto do Varadouro (Pessis et ali., 2003), sendo que pelos vestígios arqueológicos foi possível determinar que em seu início era uma capela singela, construída com pedra e cal e que no afã do embelezamento das cidades brasileiras em fins do século XIX e começo do XX, foi substituída pela edificação eclética que ali se encontra até hoje.

Figura 3 – Imagens do Largo atualmente.



Imagem 1: Fachada da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (ano de construção: 1843); imagem 2: casario em estilo eclético e Art'deco e imagem 3: vista do Hotel Globo e casa do Arquiteto (sede do Instituto dos arquitetos de Brasil) e ao fundo o rio Sanhauá.

Fonte: Wikimedia Commons (2023)

Outro conjunto arquitetônico que se impõe na paisagem do largo são as edificações do Hotel Globo, inaugurado em 1915, na rua João Suassuna e transladado em 1929 para a atual sede, estabelecimento de hotelaria considerado em seu tempo como o melhor da cidade e que recebia a elite paraibana da cana-de-açúcar, do comércio de bovinos ou mesmo do algodão. Esta ocupação em estilos Art Nouveau, Art déco e Neoclássico é muito bem realizada para os padrões estilísticos do ecletismo, embora sua construção tenha se dado tardiamente em relação aos modismos arquitetônicos do primeiro terço do século passado.

A mudança do Hotel Globo para o local impulsionou a transformação de atividades que ali existiam, as construções em volta da igreja eram em sua maioria residenciais; porém, com a criação da Praça Anthenor Navarro, após a reforma que derrubou os bicos “São Pedro Gonçalves” e “Tanque”, houve uma melhora no acesso e tornou o espaço propício a atividades comerciais, ocasionando paulatinamente a mudança de uso na região. O hotel destacava-se por possuir luz elétrica, água encanada em todos os quartos e gabinetes de toaletes higiênicos (Leal, 2001) e se manteve em funcionamento até o início da década de 1960, quando então entra em decadência por causa da perda de interesse do ramo hoteleiro no centro de João Pessoa e por sua má administração.

Fechando a tríade de edificações significativas que definem o Largo, tem-se a sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, diretório da Paraíba – a Casa do Arquiteto -, como foi nomeada após a restauração ocorrida na década de 1990. O edifício, situado na esquina da ladeira da rua Padre Antônio Ferreira, é do início do século XX (1903) e foi concebido para o funcionamento da Recebedoria de Rendas, serviço administrativo público até a mudança para outro prédio (ainda no centro histórico) anos mais tarde, tornando-o obsoleto e sem uso. Em 1990, após décadas de descaso, o edifício foi cedido ao IAB como forma de torná-lo mais uma vez polo de atividades para a revitalização do largo e imediações, como forma de atrair atividades culturais e turísticas para o Varadouro.

Figura 4 – Projeto de revitalização da Casa do Arquiteto da Paraíba.

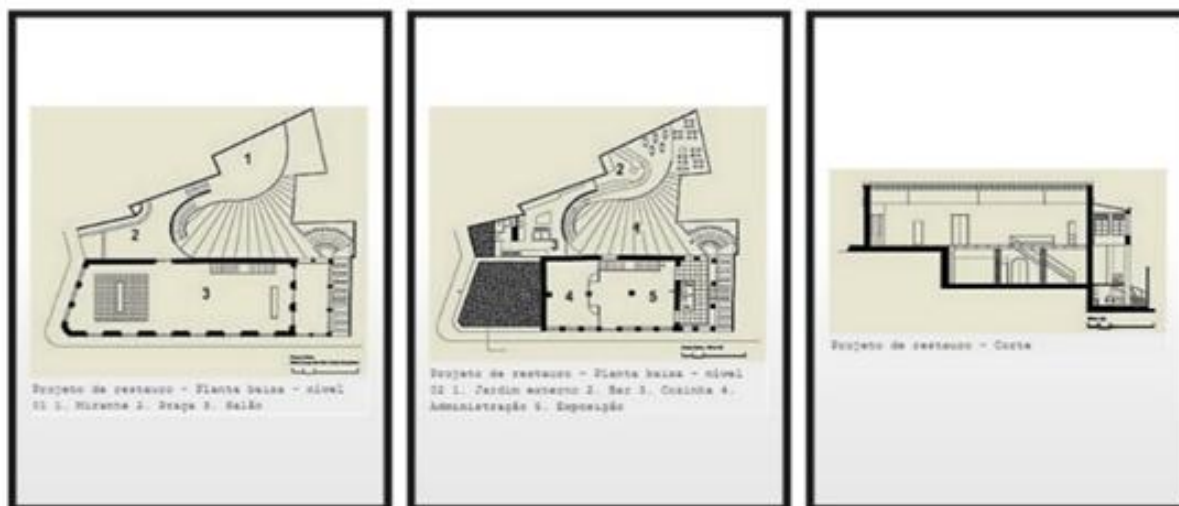


Imagem 2: Projeto de restauração desenvolvido no ano 2000 pela equipe dos arquitetos Marco Antônio Coutinho e Jorge Duré.

Fonte: Portal Vitruvius 2001

O edifício tem um estilo eclético com detalhes neoclássicos (frontão, frisos nas fachadas e coroamento com balaústres característicos). Ele possui dois andares, sendo um semienterrado, com acesso apenas pela rua, e o outro, o salão maior, no andar superior, que está no nível do largo e é o acesso principal da edificação.

Na segunda metade do século XX, já com a expansão urbana de João Pessoa, que se voltou para a ocupação da orla e da zona Sul, o Largo São Pedro Gonçalves torna-se cada vez mais degradado, sendo que as moradias foram substituídas por outras atividades, como comércio popular, depósitos de bebida, oficinas mecânicas e, mais recentemente, serralherias, marcenarias e grandes lojas de madeira e ferragens. O Hotel Globo continuou no ramo de hotelaria, porém o seu público mudou, tornando-se um “motel”. A Igreja foi interditada, pois encontrava-se deteriorada e a sede da Recebedoria de Rendas estava em ruínas (sem telhado e sem o piso do andar superior).

A situação começa a melhorar a partir de 1988, quando o Hotel Globo foi adquirido pelo governo do Estado e firmou-se um convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Agência Espanhola de Cooperación Internacional (AECI) para a sua restauração e transformação em espaço cultural, além de abrigar as sedes da Comissão do Centro Histórico e do Consulado da Espanha. A ideia do convênio foi a recuperação do entorno do Largo e da praça Antenor Navarro, utilizando para isso mão-de-obra local. Para tanto, foi criada a Oficina-Escola, localizada na sede da antiga fábrica de Vinhos Tito Silva/SA, onde jovens eram formados em ofícios relacionados à construção civil e restauração.

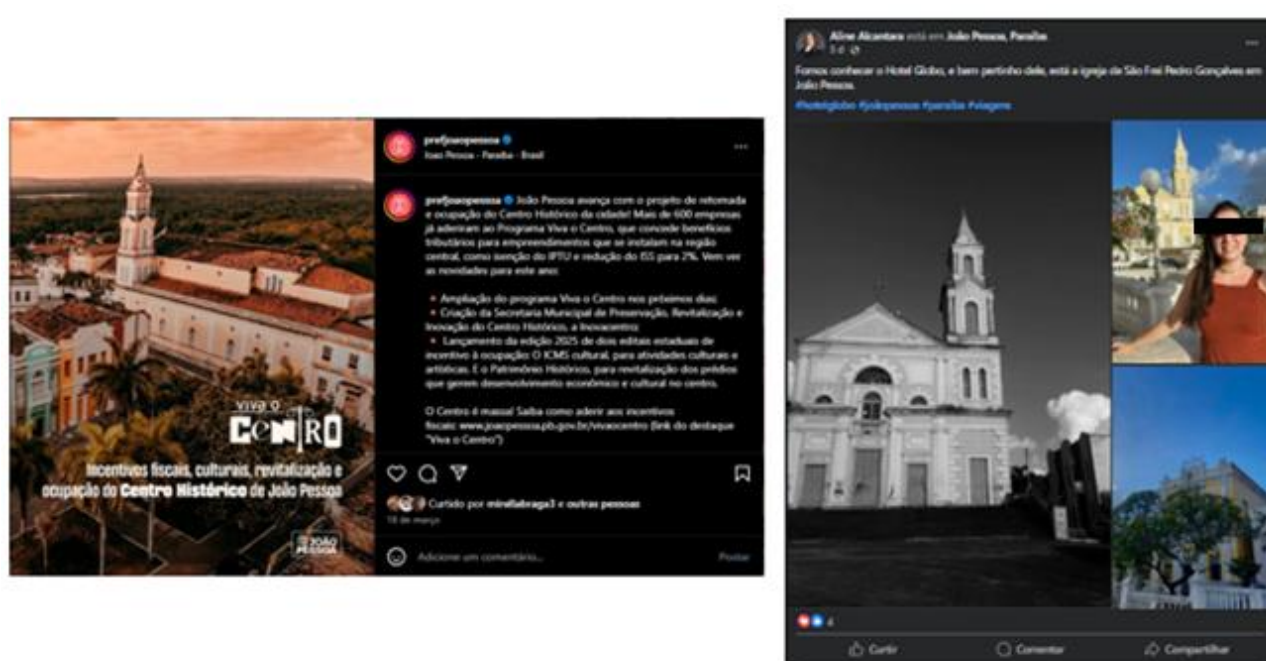
No que tange ao Largo, as obras de revitalização e restauração recuperaram as fachadas de todos os imóveis que compõem o perímetro do local, restauraram a Igreja São Frei Pedro Gonçalves, a sede do IAB e o Hotel Globo, além de modernizarem a infraestrutura elétrica e de telefonia via canaletas subterrâneas, retirando a poluição visual dos postes e do cabeamento aéreo. Refez-se também a pavimentação dos



calçamentos e da rua, e foram instaladas luminárias e postes ornamentais como forma de recriar uma “ambiência de época”, voltada ao turismo histórico.

Atualmente, é perceptível que o Largo se encontra “congelado” no tempo. Boa parte do que foi recuperado já apresenta necessidade de novas obras de manutenção corretiva, sendo que as atividades do dia a dia se tornaram reféns dos eventos que ocorrem no Hotel Globo (que hoje é apenas utilizado como ponto turístico, com pequenas exposições esporádicas e vendas de artesanato local) e, sobretudo, do IAB, que após os anos de pandemia (em que se manteve fechado), vem retomando aos poucos o calendário de eventos.

Figura 5 – Exemplos de postagens do local em redes sociais.



Fonte: Instagram e Facebook

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso que a forma como interagimos com a cidade, ou melhor, como a consumimos, é afetada sobremaneira pelo investimento que ela recebe (tanto público quanto privado), sendo direcionado capital em seu crescimento e revitalização do espaço urbano através da construção de uma política hegemônica que privilegia o fator econômico em detrimento ao social – a lógica capitalista é imediatamente aceita e colocada em prática (Ateljevic, 2000).

Questiona-se se os processos de consumo engendrados numa cidade contemporânea e, principalmente, em seu centro histórico, têm necessariamente um efeito deletério e custoso ou se é possível haver algum fator externo que consiga quebrar a corrente do discurso perpetrado pela especulação imobiliária (com ajuda determinante do poder público) e, a partir desta quebra, desencadear de fato ações positivas para a população tradicional dos centros históricos.



O desfrute de experiências, elemento relativamente recente dentro do capitalismo contemporâneo, desenvolve um novo tipo de consumo, pois esta abordagem rompe as fronteiras entre o econômico e o cultural. Segundo Pereira, Siciliano e Rocha (2015) para ocorrer tal prática é necessário o desenrolar das seguintes ocorrências:

- Haver um espaço físico ou virtual em que seu acesso seja mediado a partir de um valor a ser dispendido e controle de tempo;
- Necessidade de uma preparação ritualizada anterior (um preâmbulo histórico do que será experimentado);
- Conhecimento por parte do visitante da narrativa, de parte dela ou estar familiarizado com o “universo” que será ofertado;
- Aceitação consensual por parte dos participantes da suspensão de crenças e interação com os aspectos lúdicos, “mágicos” ou imaginários da narrativa;
- Deslocamento de significados subjetivamente experimentados;
- Compatibilidade entre o repertório escolhido como criação do enredo e do cenário com a narrativa de origem (baseada em fatos históricos ou fictícios).

No campo do patrimônio cultural, o Largo se faz presente como receptáculo urbano de uma cidade da “belle époque” do começo do século XX, permitindo a imersão em uma cidade interiorana que João Pessoa não representa mais. A criação de um cenário para o consumo do turismo é prática recorrente em se tratando de patrimônio histórico na maioria dos casos, onde a manutenção e preservação do bem ou conjunto de bens está condicionado à rentabilidade como produto comercializável e não mais como marco definidor da identidade local (Da Silva, Feretti e Sette, 2008).

Na verdade, a identidade de um povo tornou-se mais um objeto a ser explorado, principalmente se considerarmos a ideia do consumo de experiências. Cada vez mais, no âmbito do turismo, os visitantes procuram interagir e vivenciar uma realidade ou época histórica que não existe mais, aproximando a história ao conceito de parque de diversões temáticos, sendo que se busca cada vez mais construir narrativas que absorvam as mais variadas mídias (desde quadrinhos, filmes, gastronomia e afins) como forma imersiva dos frequentadores.

É perceptível no Hotel Globo que os visitantes chegam ao local já munidos de seus smartphones ligados em redes sociais que permitem a transmissão on-line de vídeos e absorvam o local através das telinhas, gravando *stories* ou mesmo vídeos para Tik-Tok, sem prestar atenção à paisagem exuberante do mirante que dá vista ao rio Sanhauá. Os guias turísticos se tornaram obsoletos, pois as informações são acessadas diretamente de sites que contam a história do local ou mesmo de posts de Facebook de colegas que já fizeram a visita anteriormente.

Acredita-se que para reverter este quadro de abandono do patrimônio como elemento formador de memória e identidade, as ações necessárias são muito maiores do que o investimento em manutenção dos edifícios, pois desta forma ainda perpetraríamos o ciclo vicioso da exploração turística e não o fomento dos laços de pertencimento dos moradores dos arredores. Como exemplo, a prefeitura de João Pessoa defende que isso se daria por meio da criação de novas vagas de habitação, principalmente para um perfil de moradores compatível com a realidade do local.

Não só as moradias são importantes, mas também a construção de uma consciência de pertencimento ao local por meio da educação patrimonial, educação esta que estabeleça o reconhecimento por parte dos moradores da importância das construções, das manutenções preventivas e corretivas e do desenvolvimento de atividades comerciais sustentáveis. Havendo este equilíbrio entre o particular e o social, surgirá um fortalecimento dos laços afetivos entre a população e seu entorno.

Esta proposta – a manutenção e o estímulo do uso habitacional em centros históricos - tem base nas Cartas Patrimoniais mais recentes, sendo a partir da década de 1970 emblemática a preocupação com a função



social do conjunto protegido e a importância do compromisso social destes centros. É necessária a união entre os habitantes das áreas centrais e das atividades de turismo para que se consolide um uso sustentável e respeitoso do local.

Desde a Norma de Quito (1967) e a Recomendação de São Domingos (1974) pode-se encontrar a preocupação com a indústria do turismo e sua relação com a população de áreas centrais. Porém, nelas ainda se manifestava a crença de que tal atividade era a solução para a revitalização dos centros históricos. Já outros documentos mais recentes, como a Declaração de Amsterdan (1975), a Carta de Washington (1986) e, por fim, os Princípios de La Valetta (2011), recomendam que a vocação turística não pode sobrepujar as atividades sociais já existentes para que ocorra uma maior interação entre a atividade turística e o dia-a-dia, revitalizando de forma harmônica o centro histórico.

Portanto, no que tange às ações cabíveis para a revitalização do Largo e seus arredores, cabe ao poder público, preferencialmente à municipalidade, a construção de um plano de ações e investimentos que, atrelados ao desenvolvimento sustentável, à fixação da população tradicional e à educação patrimonial possa garantir que o local retome suas atividades do dia-a-dia de maneira atrelada à atualização do potencial turístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATELJEVIC, Irena. **Circuits of tourism: stepping beyond the production/consumption dichotomy.** Zagreb: Tourism Geographies, 2000. 369-388 p. v. 2. ISBN 10.1080/146166800750035495

BATISTA, Adriel Fontenele. **O sumário das armadas: guerra, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

BLAKE, Peter. **Form follows fiasco: Why modern architecture hasn't worked.** ed. Boston: Little Brown and Company, 1977. 169 p. v. 1. ISBN 978-0316099394

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória.** Portugal: 1. ed. Instituto Piaget, 2013 (Coleção Epistemologia e Sociedade). 239 p. v. 1. ISBN 978-9896590420.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 224 p. v. 1. ISBN 978-8572446471.

CASTELLS, Manuel. **La Cuestion Urbana.** 15. ed. México: Siglo XXI Editores Mexico, 1974. 544 p. v. 1. ISBN 978-9682321733.

CHAVES, Liana. M. **Era uma vez... um largo chamado São Pedro Gonçalves.** In: GERALDO, Sheila Cabo; COSTA, Luiz Cláudio da (orgs.). *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas.* Rio de Janeiro: ANPAP. 2011. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2011/pdf/cpcr/liana_m_chaves.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

DA SILVA, Georgia Patrícia; FERETTI, Sergio Figueiredo; SETTE, Edileuza. Gentrificação e políticas de revitalização nos centros históricos no Brasil: processos que levam ao déficit habitacional. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 83-91, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992. 352 p. v. 1. ISBN 978-8515006793.



INTERNATIONAL Council on Monuments and Sites (1964). *Carta de Veneza*. Veneza: ICOMOS.

INTERNATIONAL Council on Monuments and Sites (1967). *Norma de Quito*. Quito: ICOMOS.

INTERNATIONAL Council on Monuments and Sites (1974). *Recomendação de São Domingos*: ICOMOS.

INTERNATIONAL Council on Monuments and Sites (1987). *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)*. Washington: ICOMOS.

INTERNATIONAL Council on Monuments and Sites (2011). *Princípios de Valleta para a salvaguarda gestão das cidades históricas e áreas urbanas*. Assembleia Geral do International Council on Monuments and Sites.

KÖHLER, André Fontan. **As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural**: Teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. 2. ed. Maceió: RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, 2019. 138-163 p. v. 9. ISBN 2236-6040.

LEAL, Wills. **O real e o virtual no turismo da Paraíba**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2008. 200 p. ISBN 978-9724414119.

MEDEIROS FILHO, José Estevam de. **O bonde à burro na historiografia da Cidade da Parahyba**. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro et al. **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**. Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Universidade Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antônio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor e AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. **A cidade como bem cultural**: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. Patrimônio: atualizando o debate, 2006, IPHAN.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima. **De Filipéia à Paraíba**: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil séculos XVI-XVIII. 2004. IPHAN / Superintendência na Paraíba.

PEREIRA, Cláudia da Silva; SICILIANO, Tatiana; ROCHA, Everardo. **Consumo de experiência” e “experiência de consumo”**: uma discussão conceitual. Logos, v. 22, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/19523>. Acesso em: 07 maio 2022.

PEREIRA, Luciano Schaefer. **A paisagem cultural da Capitania da Parahyba, Brasil, na ótica da iconografia do período colonial**. Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural v. 15, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88149387009.pdf>. Acesso em: 09 junho 2022.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela; OLIVEIRA, Cláudia A. de.; MEDEIROS, Elisabeth. **Intervenção Arqueológica na igreja São Frei Pedro Gonçalves em João Pessoa - PB**. CLIO – Arqueológica, n. 16. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246978>. Acesso em: 07 maio 2022.

PORTAL VITRUVIUS. **Memorial da Arquitetura Paraibana**. Restauração do Prédio nº 02 do Largo de São Pedro Gonçalves - Varadouro. Projetos, São Paulo, ano 01, n. 006.01, Vitruvius, jun. 2001 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/01.006/2122>>.

QUEIROZ, João Victor Moura de; RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão; SALES, Carolliny Domingos. **Barcelona e Berlim**: imagens midiáticas, cidades globais e urbanismo contemporâneo. In: ANAIS DO CONGRESSO DE ENSINO,



PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG (CEPE) 4. *Anais do IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE/UEG): Como você transforma o mundo?* UEG, 2017.

RODRIGUEZ, José de Nazareth (org.). **2 séculos da cidade – Passeio retrospectivo – 1870/1930**. João Pessoa, Interplan, s.d.

SCOCUGLIA, J. B. C. **O Centro Histórico da Cidade de João Pessoa**. In: Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. 1. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 334 p. ISBN 978-9722410618.

TINEM, Nelci; CARVALHO, Juliano Loureiro CM de; MARTINS, Carla Gisele MS. **Para além da dicotomia Cidade Alta/Cidade Baixa**: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB). *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR*. Salvador, 2005. Acesso em: 20 mar. 2022.

VANZELLA, Elídio; BRAMBILLA, Adriana; ALMEIDA, Daniel Wendell Gonzaga de. **A evolução histórica da hotelaria na cidade de João Pessoa**: uma revisão bibliográfica. *Revista Manguio Acadêmico*, v. 1, n. 1, p. 36-44, 2016.

NOTAS

¹ Harvey afirma que o empresariamento urbano surge da necessidade dos gestores de atrair investimentos privados para revitalizar as cidades. Segundo ele, esse fenômeno é impulsionado por fatores como desindustrialização, desemprego, austeridade fiscal neoliberal, priorização do mercado e da privatização, além da redução do controle sobre fluxos financeiros globais pelos países capitalistas centrais.

² No início do século XX, diversas vertentes do pensamento moderno em arquitetura e urbanismo coexistiram, variando em seu grau de intervenção na cidade existente. Como destaca Anatole Kopp em "*Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*", essas correntes incluíam o Funcionalismo, o Construtivismo Russo, o Neoplasticismo (De Stijl), o Expressionismo, o Racionalismo Italiano, o Organicismo e o International Style (Estilo Internacional). Este último, por sua abordagem padronizada e universalista, foi o mais amplamente adotado em projetos urbanos considerados "inovadores" na época.

³ Santo espanhol, o Frade Pedro Gonçalves viveu durante o século XIII, sendo beatificado pelo Papa Inocêncio IV após a sua morte e considerado protetor dos marinheiros em Portugal durante o século XVI a XVIII, mantendo popularidade junto aos homens do mar a ponto de serem erigidas várias capelas e igrejas em seu nome.

